



Aproveitamento de resíduos sólidos da agricultura familiar no assentamento rural Lagoa Grande em Dourados – MS: um estudo de caso

Artigo completo

Maria Aparecida Farias de Souza Nogueira - marianogueira@ufgd.edu.br

Gercina Gonçalves da Silva – gercinag@hotmail.com

Marli da Silva Garcia – marliggarcia@gmail.com

Resumo:

Um grande problema para a administração pública tem sido o aumento na produção de resíduos sólidos, o qual tem sido intensificado pelas atividades humanas nas cidades. Resíduos sólidos são rejeitos resultantes das diversas atividades humanas, como as de origens: industrial, doméstica, hospitalar, comercial, de limpeza de vias públicas, incluindo também a atividade agropecuária. O Brasil, país de vasta extensão territorial, tem se destacado como grande produtor na agricultura e pecuária, a qual representa hoje para o Brasil 1/3 do Produto Interno Bruto (PIB). Assim, o objetivo da pesquisa foi o de investigar o aproveitamento de resíduos da agricultura familiar no assentamento rural Lagoa Grande, situado na cidade de Dourados – MS. Utilizou-se de entrevistas abertas junto a proprietários de 5 lotes, funcionários da Agraer, loja da Economia Solidária e Associação de Mulheres produtoras de artesanato com fibra de bananeira. O trabalho foi organizado em capítulos focando, primeiramente, os aspectos conceituais de resíduos, seguido da definição da Agricultura Familiar, Arranjos Institucionais e destinação dos resíduos.

Palavras-chave: Sustentabilidade, Arranjos institucionais, Fibra de bananeira, Artesanato, Associação de mulheres.

1 Introdução

Um grande problema para a administração pública tem sido o aumento na produção de resíduos sólidos, o qual tem sido intensificado pelas atividades humanas nas cidades. Resíduos sólidos são rejeitos resultantes das diversas atividades humanas, como as de origens: industrial, doméstica, hospitalar, comercial, de limpeza de vias públicas, incluindo também a atividade agropecuária.

O Brasil, país de vasta extensão territorial, tem se destacado como grande produtor na agricultura e pecuária, em razão da disponibilidade de vários fatores favoráveis, como clima, solo, abundância de água, terras férteis. Tais fatores contribuem para o país se destacar como o 5º maior produtor agrícola do mundo, sendo superado pela China, União Europeia, Estados Unidos e Índia (TENÓRIO, 2012).

Esses dados ressaltam a importância que a agropecuária adquiriu dentro do país. A agropecuária pode ser subdividida em empresarial e familiar. A agropecuária representa hoje para o Brasil 1/3 do Produto Interno Bruto (PIB). A agropecuária empresarial brasileira está entre as mais fortes do mundo, responsável pela maioria dos embarques de commodities



agrícolas, que representaram 93,3% das exportações em 2010, segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MIDIC, 2012).

A agricultura familiar, em contrapartida, mesmo tendo uma participação menor na balança de comércio exterior tem uma participação grande no mercado interno, com destino para o consumidor brasileiro. A partir dessa constatação foi elaborada a questão de pesquisa: Como se dá o aproveitamento dos resíduos sólidos da agricultura familiar no assentamento rural Lagoa Grande em Dourados – MS?

Assim, o objetivo do trabalho será analisar o aproveitamento dos resíduos sólidos da agricultura familiar no assentamento rural Lagoa Grande em Dourados – MS. O trabalho foi organizado em capítulos focando, primeiramente, os aspectos conceituais de resíduos, seguido da definição da Agricultura Familiar, Arranjos Institucionais e da destinação dos resíduos. Segue-se a abordagem conceitual de resíduos.

2 Resíduos

Ferreira (1999) citada por Andrade; Silva (1999) apresenta alguns conceitos para resíduos, os quais sejam: remanescente, aquilo que resta de qualquer substância; resto. Resíduo é muitas vezes confundido com lixo: “aquilo que varre de casa, do jardim, da rua e se joga pra fora, entulho, tudo que não presta e joga fora”. Percebe-se então uma diferenciação, uma vez que os resíduos possuem alguma utilidade e podem ser reaproveitados, enquanto o lixo não tem utilidade.

Resíduos sólidos são rejeitos resultantes das diversas atividades humanas, como as de origens: industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de limpeza de vias públicas e outras. Um grande problema para a administração pública tem sido o aumento na produção de resíduos sólidos, o qual tem sido intensificado pelas atividades humanas nas cidades. Também tem contribuído para agravar o problema de sua destinação final sendo considerados responsáveis por alterações em suas características: o crescimento demográfico, a mudança ou a criação de novos hábitos, a melhoria do nível de vida, o desenvolvimento industrial e uma série de outros fatores. O gerenciamento inadequado desses resíduos pode resultar em riscos para a qualidade de vida das comunidades, criando, ao mesmo tempo, problemas de saúde pública e se transformando em fator de degradação do meio ambiente, além, é claro, dos aspectos social, estético, econômico e administrativo, envolvidos (PINTO, 1999).

No passado chamava-se de lixo o que era descartado diariamente pelas residências, empresas e órgãos públicos; hoje, o correto é denominar de “resíduo sólido”. Os especialistas asseguram que qualquer que seja o resíduo sempre haverá uma destinação mais adequada para ele do que simplesmente descartar (SEBRAE, 2012).

É sabido que a natureza impõe limites, principalmente em relação ao volume de recursos naturais que se pode utilizar, bem como à quantidade de resíduos que se pode devolver aos ambientes naturais. Tudo que provém da própria natureza acaba necessariamente voltando a ela depois de atividades humanas (SEBRAE, 2012).



2.1 Gestão de Resíduos

A disposição inadequada de resíduos sólidos constitui ameaça à saúde pública e agrava a degradação ambiental, comprometendo a qualidade de vida das populações. Os municípios de pequeno porte têm dificuldade para implantação e operação de sistemas de disposição final de resíduos sólidos, na forma em que são exigidos no processo de licenciamento ambiental. A implantação de sistemas de disposição final de resíduos sólidos urbanos deve ser precedida de Licenciamento Ambiental concedida por órgãos de controle ambiental competentes, nos termos da legislação vigente (CONAMA, 2002).

O sistema de gestão de resíduos visa a não geração, redução e reutilização, reciclagem e, por fim, a destinação final dos resíduos gerados. Tem como finalidade reduzir a produção de resíduos na origem, gerir a produção dos mesmos no sentido de atingir um equilíbrio entre a necessidade de produção de resíduos e o seu impacto ambiental (BRAGA JUNIOR, 2007.)

A necessidade de se aproveitar os resíduos, não resulta apenas da vontade de economizar, trata-se de uma atitude fundamental para a preservação do meio ambiente. É muito importante implantar no setor de processos produtivos, com a diminuição na geração dos resíduos sólidos e o correto gerenciamento dos mesmos (SINDUSCON, 2005).

Uma das mais populares formas de reciclagem é o reprocessamento físico. É vulgar em muitos países. Consiste em usar materiais como embalagens vazias de bebidas e com eles criarem novos materiais. Normalmente, os resíduos que podem ser fisicamente reprocessados são recolhidos pelas autarquias locais e enviados para a reciclagem. Alguns dos materiais que podem ser fisicamente reprocessados são: latas de bebida em alumínio, latas de comida, garrafas de vidro, jornais, revistas e papelão. Vale a pena ressaltar que se faz necessário uma mudança de cultura junto a todos os envolvidos no processo de construção, evidenciando a importância da preservação do meio ambiente e partindo da conscientização e sensibilização dos agentes envolvidos (SINDUSCON, 2005).

Resíduos descartados por residências e empresas podem servir como matéria-prima para negócios e com destinações mais adequadas. Pode-se produzir adubo e energia, recuperando o valor econômico desses resíduos. A prática da reciclagem gera emprego e renda, reduz a quantidade de recursos naturais bem como diminui a necessidade de ocupar (e poluir) espaços para depositar os materiais que cumpriram apenas uma vez sua função socioeconômica. E o que não se pode reciclar sempre tem outra destinação adequada, com o intuito de atender a um princípio que é básico no conceito de desenvolvimento sustentável: não transferir a solução do problema para as futuras gerações (SEBRAE, 2012).

Na sequência, descrever-se-á sobre o conceito de agricultura familiar e sua importância e, após, quais são os resíduos advindos da mesma.

3 Agricultura familiar

Até meados dos anos 80, as prioridades adotadas pelo Governo Federal não contemplavam a agricultura familiar, mas apenas grandes propriedades baseadas no modelo patronal de produção. Esse enfoque contribuía para o agravamento das desigualdades sociais presenciadas no Brasil até hoje.



3.1 Definição

De acordo com Paulillo (2001), citado por Sproesser *et al* (2004), a questão agrária foi inserida pelo Governo Federal somente a partir de meados da década de 1990. Nesse período buscavam-se alternativas políticas que atenuassem a grande disparidade da realidade socioeconômica da agricultura brasileira.

Para Schneider (2003) a incorporação e a afirmação da noção de agricultura familiar, mostrou-se capaz de oferecer guarida um conjunto de categorias sociais, como, por exemplo, assentados, arrendatários, parceiros, integrados à agroindústrias, entre outros, que não mais podiam ser confortavelmente identificados com as noções de pequenos produtores ou, simplesmente, de trabalhadores rurais.

Mendras (2008) *apud* Vilpoux e Oliveira (2011) afirma que o camponês passou de um simples homem dedicado a frutificar a terra para o seu consumo a um agricultor, com articulações de várias atividades para gerar renda, inclusive atividades não agrícolas.

Em 2006 foi sancionada a Lei nº 11.326 que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. O Art. 3º da lei define o que é considerado agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I. Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II. Utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III. Tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- IV. Tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011);
- V. Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família;
- VI. Povos indígenas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput do art. 3º (Incluído pela Lei nº 12.512, de 2011);
- VII. Integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais que atendam simultaneamente aos incisos II, III e IV do caput do art. 3º (Incluído pela Lei nº 12.512, de 2011).

Assim, o acesso a terra se conecta, nessa perspectiva, ao direito e ao desenvolvimento. Visto pela ótica da cidadania (via sempre de dupla mão, de direitos e deveres), o acesso à terra se caracteriza pelo direito dos homens proverem o seu próprio sustento e pela obrigação de serem produtivos, para seu grupo familiar e para a sociedade.

3.2 Importância da agricultura familiar no Brasil

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no censo agropecuário de 2006, o Brasil contava com 84,4% de estabelecimentos com utilização das terras classificados na agricultura familiar, considerando a Lei nº 11.326/2006. Da área total destinada à agricultura, 24,32% pertencia à agricultura familiar contra 75,68% de não familiar (IBGE, 2006). O Censo Agropecuário de 2006 do IBGE retrata que a agricultura familiar brasileira



emprega quase 75% da mão-de-obra no campo e é responsável pela segurança alimentar dos brasileiros.

Apesar de ocupar apenas um quarto da área, a agricultura familiar responde por 38% do valor da produção (ou R\$ 54,4 bilhões) desse total. Mesmo cultivando uma área menor, a agricultura familiar é responsável por garantir a segurança alimentar do País, gerando os produtos da cesta básica consumidos pelos brasileiros. O valor bruto da produção na agricultura familiar é de 677 reais por hectare/ano.

Os dados do IBGE apontam que em 2006, a agricultura familiar foi responsável por 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 58% do leite, 59% do plantel de suínos, 50% das aves, 30% dos bovinos e, ainda, 21% do trigo. A cultura com menor participação da agricultura familiar foi a soja, com (16%). O valor médio da produção anual da agricultura familiar foi de R\$ 13,99 mil.

Vilpoux e Oliveira (2011) ressaltam que mais importante que a produção de alimentos é a capacidade de produzir de modo eficiente. Daí a importância de acompanhamento das mudanças tecnológicas para a sobrevivência da agricultura familiar para a sobrevivência como atividade de interesse da população em geral.

Passa-se a focar então os arranjos institucionais, com o objetivo de entender as formas de organização que existem entre os agricultores familiares, principalmente com o intuito de tirarem proveito dos resíduos sólidos resultantes das atividades agropecuária.

4 Arranjos Institucionais

Na sequência é abordada a definição de arranjos, com enfoque para os arranjos institucionais cooperativos.

4.1 Definição

Os arranjos institucionais podem ser definidos como os modos de organização das transações, ou da interação entre dois ou mais atores (VILPOUX e OLIVEIRA, 2011). Esses arranjos institucionais podem envolver as firmas, redes de interação entre empresas, agências governamentais, universidades, institutos de pesquisa, laboratórios de empresas, atividades de cientistas e engenheiros, setor industrial, empresarial, instituições financeiras (ALBUQUERQUE, 1996).

Farina (1999), citando Williamsom (1985), afirma que os agentes adotam estruturas de governança apropriadas com a finalidade de reduzir custos de transação. Cita ainda como exemplos de estruturas de governança o mercado *spot*, contratos de suprimento regular, contratos de longo prazo com cláusulas de monitoramento, integração vertical, entre outras.

A existência de uma variedade de arranjos contratuais, sob a ótica da Economia de Custos de Transação (ECT), de acordo com Zylbersztajn (1995) citando também Williamson (1985), advém das diferenças de atributos das transações reguladas por estes contratos, sendo que esta diferenciação de tipologias está associada a aspectos de eficiência das transações.



Zylbersztajn (1995) considera importante que a economia institucional possa auxiliar na compreensão dos diferentes arranjos organizacionais presentes nos sistemas de agronegócio, como são gerados e em que sentido pode afetar a coordenação dos sistemas do agronegócio.

O governo e os grupos visados devem buscar criar incentivos apropriados para os diferentes agentes envolvidos. Araújo (2005) destaca a importância de mecanismos associados à noção de solução hierárquica (organização interna), desenvolvida pela teoria dos custos de transação de Williamson (1989), que possam potencializar as oportunidades de cooperação e coordenação, através de canais para troca de informações entre os atores envolvidos. A seguir, enfocam-se os arranjos institucionais cooperativos, objetos da pesquisa.

4.2 Arranjos Institucionais Cooperativos

Seguem-se alguns exemplos de arranjos institucionais baseados em definições da Rede de Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (RedeSis) (SEBRAE, 2003):

- a) Arranjos Produtivos Locais - são aglomerações de agentes econômicos, políticos e sociais, em um mesmo território, que apresentam poucos vínculos, mas com foco em um conjunto específico de atividades econômicas; às vezes envolvem a participação de empresas e organizações públicas e privadas;
- b) Sistemas produtivos e inovativos locais - arranjos produtivos em que a interdependência, articulação e vínculos consistentes podem gerar interação, cooperação e aprendizagem, com vistas ao incremento da capacidade inovativa da competitividade e do desenvolvimento local, voltados para a empresa ou região.

Ambas as formas de arranjos têm características comuns, destacando-se a formação de vínculos com territórios, identidade, traços culturais, base social e econômica, entre outras. Também se destacam outras formas análogas de arranjos institucionais cooperativas, como as redes de empresas, *cluster*, cadeia produtiva, distrito industrial, associação, cooperativas, polos.

Para o SEBRAE (2003) redes constituem uma forma organizacional de interação entre os diversos agentes comerciais e financeiros de ensino e pesquisa, no âmbito da literatura econômica, que viabilizam o intercâmbio de fluxos de bens, pessoas ou informações, entre os diversos pontos da estrutura. Elas podem ser abstratas (redes sociais) ou concretas (redes de comunicação); visíveis (ferrovias e rodovias) ou invisíveis (rede de telecomunicações).

Foca-se aqui algumas ações de cooperação na agricultura familiar como as associações comunitárias de mulheres, mutirão para melhoria de infraestrutura, a luta por uma área comunitária, pelo ganho da terra.

5 Metodologia

O objetivo deste trabalho é de investigar o descarte de resíduos da agricultura familiar no assentamento rural Lagoa Grande situado no município de Dourados – MS. Esta pesquisa possui caráter exploratório, quantitativo, qualitativo.

De acordo com Andrade (2009, p. 114) são finalidades de uma pesquisa exploratória “proporcionar maiores informações sobre determinado assunto; facilitar a delimitação de um tema de trabalho; definir os objetivos ou formular as hipóteses de uma pesquisa ou descobrir novo tipo de enfoque para o trabalho que se tem em mente”.

Conforme Marion; Dias; Traldi (2002) a pesquisa bibliográfica objetiva explicar um problema com base em contribuições teóricas publicadas em documentos e não por intermédio de relatos de pessoas ou experimentos.

Beuren (2009) afirma que na pesquisa qualitativa concebem-se análise mais profundas em relação ao fenômeno que está sendo estudado. A abordagem qualitativa visa destacar características não observadas por meio de um estudo quantitativo, haja vista a superficialidade deste último.

Ainda de acordo com Beuren (2009, p. 92) a abordagem quantitativa caracteriza-se pelo “emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta quanto no tratamento dos dados”. Esse procedimento não é tão profundo na busca do conhecimento da realidade dos fenômenos, uma vez que se preocupa com o comportamento geral dos acontecimentos. Baruffi (2004) afirma que o objetivo da pesquisa descritiva ou de campo é descrever, registrar, analisar, interpretar e correlacionar fatos ou fenômenos.

A pesquisa foi efetuada no Assentamento Lagoa Grande, pertencente ao município de Dourados – MS, o qual detém uma área de 4.070,7679 hectares (MDA/INCRA, 2011). O assentamento Lagoa Grande foi criado em 1998, composto por 151 lotes, conforme Figura 1. Cada lote mede, em média, de 25 a 30 hectares.



Figura 1: Distribuição dos lotes Assentamento Lagoa Grande – Dourados / MS
Fonte: Dados da pesquisa, adaptado do Incra (1998).

6 Apresentação e análise dos dados

Os dados foram coletados em 5 lotes do assentamento, junto à Superintendência local da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER), loja da Economia Solidária em Dourados (Shopping) e junto à Associação das mulheres produtoras de fibra de

bananeira, no distrito de Indápolis, município de Dourados-MS, por meio de entrevista aberta. Os cinco lotes foram escolhidos por acessibilidade de informação.

6.1 Dos assentados

Em relação aos resíduos comuns produzidos pelas famílias, a maioria aproveita as embalagens para produção de mudas, plantio de flores, acomodação de adubos, fertilizantes, sementes.

Os resíduos orgânicos são utilizados em sua maioria para compostagem de hortas, pomar, flores ou jogados no quintal. Os resíduos que não podem ser utilizados ou reciclados, são queimados em tambores, latas ou enterrados em buracos. Como a terra da maior parte destes lotes é bastante arenosa, muitos deles tiveram dificuldades em fazer poços de água, o que só foi conseguido com o auxílio de manilhas de concreto. No entanto, muitos deles desmoronaram e estes buracos são utilizados para colocarem os resíduos que não são reaproveitados no local (Figura 2).



Figura 2: Poço desmoronado para acondicionamento de resíduos, incinerador improvisado e reaproveitamento de embalagens no Assentamento Lagoa Grande – Dourados / MS

Fonte: Dados da pesquisa.

Das atividades agropecuárias desenvolvidas no assentamento, muitas famílias criam gado para cria, recria e engorda e também para produção de leite. Algumas famílias entregam leite direto na sede da antiga fazenda quando, diariamente, vem um caminhão tanque retirar o leite para os produtores cadastrados. Quinze moradores, porém, se juntaram para adquirir um resfriador e conseguir preço melhor, em escala. Porém, na aquisição, 3 desistiram logo nos primeiros meses e, com o passar do tempo, restou apenas 3 assentados. O preço pago pelo laticínio local é de R\$ 0,65 o litro.

Poucos moradores cujos lotes se situam no início do assentamento, os quais possuem uma terra mais fértil, plantam soja, milho, mandioca e também eucalipto, em pequena escala. Para complementar a renda familiar, muitas mulheres começaram a produzir subprodutos, as quais eram incentivadas por meio de projetos de instituições que vinham realizar projetos juntos às famílias, buscando uma forma de ajudá-las a buscar novos produtos no meio rural.

6.2 Das instituições

As Universidades Estadual e Federal, em parceria com a Embrapa realizam projetos de pesquisa e extensão junto à população local mostrando formas de utilização de comercialização de subprodutos do leite, hortas, frutas.

A Universidade Federal, por meio do Projeto da “Economia Solidária” incentivou as mulheres a trabalharem com reaproveitamento de produtos do cerrado. Foi montado oficinas de cursos que ensinaram a fabricação de conservas de pimentas do cerrado, licores de guavira, conserva de pequi, doces de leite, mamão, manga etc., como pode ser visto na figura 3.



Figura 3: Produtos fabricados no Assentamento Lagoa Grande–Dourados/MS
Fonte: Dados da pesquisa.

O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) também ministrou curso de aproveitamento de resíduos de óleo de fritura para confecção de sabão caseiro, em barra e líquido (Fig. 4).



Figura 4: Sabão caseiro produzido no Assentamento Lagoa Grande – Dourados / MS
Fonte: Dados da pesquisa.

Também na Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER), a funcionária Luzia informa que buscou parcerias para ministrar curso para as mulheres, visando o artesanato utilizando as fibras da bananeira. Do assentamento Lagoa Grande, em torno de 10 mulheres fizeram o curso e 3 possuem o registro de artesãs, pertencentes ao Grupo “Arte com Fibra”. Também foi ofertado o curso de “Artesanato com palha de milho”. Destes, são produzidos cestas reaproveitando as cúpulas de ventiladores e as recobrimdo com as fibras de bananeira, as quais passam por tratamento de amaciamento, tingimento e secagem antes de serem trançadas. Destas fibras também são feitas cachepôs, cujo suporte para tecer é feito de sobras papelão ou madeirite. Da palha de milho são fabricadas bonecas, flores e anjinhos (Figura 5).



Figura 5: Produtos artesanais produzidos no Assentamento Lagoa Grande – Dourados / MS
Fonte: Dados da pesquisa.

Também foi disponibilizado cursos sobre aproveitamento de sacarias de sementes e cabaças (porungas). Com a juta das sacarias faz-se bonecas e com as porungas, suporte para presépios cujas figuras são feitas também com palha de milho (Figura 6).



Figura 6: Bonecas de resíduos de sacarias tingidas e palha de milho e presépios de palha de milho montados em cabaças no Assentamento Lagoa Grande – Dourados / MS
Fonte: Dados da pesquisa.

As três artesãs do assentamento que possuem o registro se filiaram a Associação de Mulheres produtoras com fibra de bananeira e, segundo informações da presidente, D. Maura, elas conseguem obter uma renda média de R\$ 440,00 mensais com as vendas dos produtos. A associação existe há 4 anos e possui cerca de 42 mulheres associadas. Elas revendem esses produtos nas Feiras Nacionais de Agricultura Familiar e Reforma Agrária (FENAFRA), Feiras Estaduais, Feiras da Economia Solidária e tem uma loja no Shopping Avenida Center de Dourados.

Outro projeto que tem chance de ser implantado é o de aproveitamento com resíduos do bagaço da cana, o qual é moído, misturado com cola, e transforma-se numa massa para confecção de produtos artesanais.

A Associação de Mulheres produtoras com fibra de bananeira funciona provisoriamente no distrito de Indápolis, município de Dourados e deve ganhar uma sede em 2013, visto que a Prefeitura Municipal já abriu licitação para um espaço dentro da sede da prefeitura para exposição dos produtos. Deve entrar em vigor o site da associação (www.artesantomms.com.br), segundo informações da presidenta.



7. Considerações Finais

Os projetos desenvolvidos no assentamento Lagoa Grande demonstram que é possível a recuperação e reaproveitamento de resíduos e, ainda com isso, obter uma complementação da renda familiar para os assentados. Dos assentados, apenas um homem faz parte da equipe de artesãs, originalmente composta por 10 mulheres que trabalham com a produção de resíduos de fibra de bananeira.

Evidencia-se o papel das instituições frente ao destaque dos arranjos institucionais estabelecidos na agricultura familiar, com enfoque sobre a percepção dos atores sobre a importância de cooperar e de aumento de renda familiar.

Nota-se também que muitos resíduos que poderiam ser descartados no meio ambiente passam a ser tratados como produtos principais de renda de muitas famílias, evitando a contaminação e a degradação ambiental.

8 Referências

ANDRADE, M.M de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BARUFFI, Helder. **Metodologia de Pesquisa- Orientações Metodológicas para a Elaboração da Monografia**. 4. ed. Dourados: HBedit, 2004.

BEUREN, Ilse Maria **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3 ed 4 reimpr – São Paulo: Atlas, 2009.

ALBUQUERQUE, E. M. Sistema de inovação no Brasil: uma análise introdutória a partir de dados disponíveis sobre a ciência e a tecnologia. **Revista de Economia Política**, v. 16, n. 3 (63), jul-set/1996.

ARAÚJO, N. C. M. Estado e mercados financeiros nos países em desenvolvimento: a abordagem da nova economia institucional. **Análise**. Porto Alegre: 2005, vol:16, n. 1. Jan-jul 2005.

BRAGA JUNIOR, Sergio Silva. **Gestão ambiental no varejo: um estudo das práticas de logística reversa em supermercados de médio porte**. 2007. Dissertação (Mestrado em Administração de Organizações) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/96/96132/tde-28042008-084648/>>. Acesso em: 2012-11-27.



BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.** Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm> Acesso em 12 out 2012.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (CONAMA). Resolução 308, de 21 de março de 2002. Estabelece critérios e procedimentos para o licenciamento ambiental, em municípios de pequeno porte, de unidades de disposição final de resíduos sólidos e para obras de recuperação de áreas degradadas pela disposição inadequada dos resíduos sólidos.

FARINA, E. M. Competitividade e coordenação de sistemas agroindustriais: um ensaio conceitual. **Gestão e Produção**, v. 6, n. 3, p. 147-161, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário – Agricultura Familiar.** 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/download/estatistica.shtm>> Acesso em 12 out 2012.

MARION, J. C.; DIAS, R. TRALDI, M. C. **Monografia para os cursos de administração, contabilidade e Economia.** São Paulo: Atlas, 2009.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO Exterior (MIDIC). **Balança Comercial Brasileira: Setembro/2012.** Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1349119816.ppt> Acesso em: 15 out 2012.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). Agricultura familiar no Brasil e o censo agropecuário 2006. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/2246122356.pdf>> acesso em: Out. 2012.

PINTO, T. P. **Metodologia para Gestão Diferenciada de Resíduos Sólidos e Construção Urbana,** São Paulo, 1999. 189 f. Tese (Doutorado) – Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Pulo, 1999.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 2003, Vol.18(51), p.99, fev. 2003



SEBRAE. LASTRES, H. M.M. (Coord.); CASSIOLATO, J. E. **Arranjos produtivos locais: uma nova estratégia de ação para o SEBRAE**. Rio de Janeiro: RedeSist, nov. 2003.

Disponível em: <

http://redeagentes.desenvolvimento.gov.br/portalmDIC/arquivos/dwnl_1289323549.pdf>

Acesso em: 15 out 2012.

SEBRAE-MS. Gestão de resíduos sólidos : uma oportunidade para o desenvolvimento municipal e para as micro e pequenas empresas -- São Paulo : Instituto Envolverde : Ruschel & Associados, 2012.

SILVA, S. S. 1980. Capital Social. *In* **Capital humano e capital social: construir capacidades para o desenvolvimento dos territórios**. Orientador: Malheiros, Jorge Macaísta, 1966 – 2010. Tese de mestrado em Geografia Humana apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2008. Repositório da Universidade de Lisboa. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10451/379>> Acesso em 12 out 2012.

SINDUSCON-MG, **Cartilha de Gerenciamento de Resíduos Sólidos para Construção Civil**, Cidade, editora, 2005

SPROESSER, R. L. et al. **Modelo de planejamento estratégico para a agricultura familiar coletiva**. IV Simpósio sobre Recursos Naturais e Sócio-econômicos do Pantanal - SIMPAN. Corumbá: 2004. Disponível em:

<<http://www.cpap.embrapa.br/agencia/simpan/sumario/palestras/pdf/05%20Artigo%20-%20ModePAF%20Renato%20SproesserOKVisto.pdf>> Acesso em 12 out 2012.

TENÓRIO, R. Agricultura - Do subsídio à política agrícola. *In* **Desafios do Desenvolvimento**. Brasília: IPEA. Disponível em: <

http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2599:catid=28&Itemid=23> Acesso em 15 out 2012.

VILPOUX, O. F.; OLIVEIRA, . M. A. C. Governanças na agricultura familiar: mercados, contratos, redes e cooperativismo. *In*. VILPOUX, O. F. (Org.) **Sustentabilidade e Agricultura Familiar**. Curitiba: CRV, 2011.

VILPOUX, O. F.; OLIVEIRA, . M. A. C. Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável. *In*. VILPOUX, O. F. (Org.) **Sustentabilidade e Agricultura Familiar**. Curitiba: CRV, 2011.



ZYLBERSZTAJN, D. **Estruturas de Governança e Coordenação do Agribusiness**: uma aplicação da Nova Economia das Instituições. Tese de Livre- Docência, Departamento de Administração, FEA/USP, 238p, 1995.